

# Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Profissional e Tecnológica



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

**Atena**  
Editora

Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:  
Educação Profissional e Tecnológica

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : educação profissional e tecnológica / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-726-0 DOI 10.22533/at.ed.260191710  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 379.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

O livro “Políticas Públicas na Educação Brasileira, Educação Profissional e Tecnológica” reúne 17 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, da educação profissional e tecnológica, assim como para as políticas públicas em educação.

As pesquisas foram agrupadas em 3 partes. Na primeira parte, relacionamos as pesquisas que discutem as políticas públicas em educação, empreendedorismo e educação tecnológica. Na segunda, trazemos autores que apresentam estudos de casos com a temática gênero e sexualidade e o contexto escolar. Por último, mas não menos importante, reunimos as pesquisas que debatem e apresentam resultados e propostas para educação profissional e tecnológica.

Sejam bem-vindos ao livro “Políticas Públicas na Educação Brasileira, Educação Profissional e Tecnológica”, entregamos, em primeira mão, este conjunto de conhecimentos. Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL : DESCASO, CONVENIÊNCIA, AVANÇO E RETROCESSO	
Fabiana Morais de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.2601917101	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA FRENTE ÀS DESIGUALDADES: A (IN)EFETIVIDADE DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS DE CAMAÇARI	
Francyelle dos Santos Correia	
Jaqueline de Andrade Santos	
Nilson Carvalho Crusoé Júnior	
Rafael Bomfim Souza	
Tamires de Oliveira Ribeiro	
Vitoria Queren Bispo Ventura	
Vivian Pereira Mota Neves	
DOI 10.22533/at.ed.2601917102	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
EDUCAÇÃO FEDERAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE IVAIPORÃ/PR E REGIÃO	
Débora da Costa Pereira	
Fábio André Hahn	
Marcos Clair Bovo	
DOI 10.22533/at.ed.2601917103	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E O EMPREENDEDORISMO VOLTADO AO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO COM APOIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.2601917104	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
USO DAS REDES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Raquel Martins Fernandes Mota	
Paulo Alves Oliveira	
Daiara Colpani	
Fernanda Silveira Carvalho de Souza	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2601917105	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>67</b>
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM PARA O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	
Carolina Farias da Costa	
Aniéli Altmeyer Hermann	
Ariane Stahlhofer Schumann	
Branca Luíse Bayer	
Laura Konageski Felden	
Márcio Roberto Boton	
Ana Rita Kraemer da Fontoura	

**CAPÍTULO 7 ..... 72**

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E IMPACTOS NA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

Luiz Henrique Pereira Pavan

Paola Maiara Angst

Taciara Lais Borgartz

Analice Marchezan

DOI 10.22533/at.ed.2601917107

**CAPÍTULO 8 ..... 82**

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DOS ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Micheli dos Santos de Lima

Franciele Rosa da Silva

Milene dos Santos de Lima

Thays Ferreira da Silva

Bruna Letiele Damaceno da Silva

Gessica Zen

Elis da Silva Viana

Maria Carine Nunes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.2601917108

**CAPÍTULO 9 ..... 88**

A ÉTICA NO MARKETING DE DESTINO PARA A TERCEIRA IDADE

Raquel da Silva Brum

Bernarda Rodrigues Lopes

Luciana Maroñas Monks

DOI 10.22533/at.ed.2601917109

**CAPÍTULO 10 ..... 93**

VIAGEM TÉCNICA: UM OLHAR SOBRE A ACESSIBILIDADE NA REGIÃO DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araujo

Leonice Vercelheze Friedrich

Carmen Regina Dorneles Nogueira

Fátima Regina Zan

DOI 10.22533/at.ed.26019171010

**CAPÍTULO 11 ..... 104**

ATUAÇÃO DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE À REALIZAÇÃO DA VISITA DOMICILIAR

Iris Camilla Bezerra de Lima Vasconcelos

Janaina Yara Do Nascimento Prestes

Déborah Franciane de Castro Pessoa

Ketilly Moane Silva

Luiz Felipe da Silva

Suellen Daves Cardona Fernandes Farias

Raiza Raiane Silva Ribeiro

Suellen Alyne Alves dos santos

Sheila Juliana Leite Lima

Ana Paula dos Santos Albuquerque

Andreza Cavalcanti Vasconcelos

Dayanne Caroline de Assis Silva

<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>116</b>
DIÁLOGO SOBRE DISCIPLINA À LUZ DOS PENSAMENTOS DE MICHEL FOUCAULT E ANTONIO GRAMSCI	
Janiara de Lima Medeiros	
Fabio da Silva Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>128</b>
EM DEFESA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIGNIFICATIVO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A DIDÁTICA CONTEXTUALIZADA	
Marcella da Silva Estevez Pacheco Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>139</b>
ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM: AS CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS TEMÁTICAS PRA A APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS	
Ariéli Santos de Oliveira	
Cláudia Maria Ferreira Ferst	
Juliana Limana Malavolta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171014</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>146</b>
FRÉDÉRIC CHOPIN E O ENSINO DE PIANO NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – BA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO	
Yago Peixoto Miranda	
Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171015</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>165</b>
INVASORES BIOLÓGICOS DO PAMPA: UMA ABORDAGEM VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Aline Maciel dos Santos	
Fernanda Machado Lourenço	
Rose Cleir da Silva Pereira	
Carine Carloto da Silva	
Tanize Gonçalves da Silva	
Êmila Silveira de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>172</b>
O ESTADO DO CONHECIMENTO, AS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA, MODALIDADE PRESENCIAL	
Sirlei Janner	
Marta Pontin Darsie	
<b>DOI 10.22533/at.ed.26019171017</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>185</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>186</b>



## A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL : DESCASO, CONVENIÊNCIA, AVANÇO E RETROCESSO

### **Fabiana Morais de Carvalho**

Graduada em Pedagogia e Mestranda do Mestrado de Avaliação em Políticas Públicas – Universidade Federal do Ceará – UFC, Docente da área de Currículo e Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, e-mail: fabianacarvalho.ce@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo tem a intenção de promover uma análise reflexiva a respeito da Educação Profissional no Brasil, ao longo de sua trajetória histórica e dual, ofertada desde seu modelo de Política Pública, puramente assistencialista, aos modelos de conveniência do sistema econômico e capitalista do país. Aborda-se as relações entre Estado e sociedade, poder e Políticas Públicas num imbricado contexto conflituoso durante séculos de exploração e dominação. Faz-se ainda a apresentação de um modelo de educação profissional integrada ao ensino médio, experiência do Ceará, a qual nasceu durante a Política nacional de educação do Governo Lula e tem-se estendido aos dias atuais. As principais linhas teóricas que baseiam o estudo são Araújo (2003), Costa (2015), Frigotto (2005) e Ramos (2011), além da legislação pertinente ao tema. É realizada uma pesquisa de campo, de abordagem quantitativa e amostra aleatória, na escola de educação profissional do município

de Acaraú-CE, com os sujeitos beneficiários desta experiência educacional, que concluíram a educação profissional integrado ao ensino médio, em 2017. O trabalho aponta para um avanço na educação profissional, a partir da Política de Educação do governo Lula, que tende para uma associação entre educação e trabalho, sendo este último conceituado enquanto princípio educativo. Em 2017, o governo Michel Temer realiza alterações legais que objetivam modificar a estrutura do ensino médio sinalizando um retrocesso ao modelo vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Profissional. Integrada. Política Pública. Avanço.

### PUBLIC PROFESSIONAL EDUCATION POLICY IN BRAZIL: NEGLECT, CONVENIENCE, ADVANCEMENT AND REGRESSION

**ABSTRACT:** This article intends to promote a reflexive analysis about Professional Education in Brazil, along its historical and dual trajectory, offered from its purely welfare-oriented Public Policy model, to the convenience models of the country's economic and capitalist system. The relationship between State and society, power and Public Policies is approached in an interwoven conflicting context during centuries

of exploitation and domination. It is also presented a model of professional education integrated to high school, experience of Ceará, which was born during the Lula Government National Education Policy and has been extended to the present day. The main theoretical lines that underlie the study are Araújo (2003), Costa (2015), Frigotto (2005) and Ramos (2011), in addition to the relevant legislation. A field research, with quantitative approach and random sample, is carried out at the vocational school of the municipality of Acaraú-CE, with the beneficiaries of this educational experience, who completed the integrated vocational education to high school, in 2017. The work points for a breakthrough in professional education, based on the Government Nacional Education Policy of Lula, which tends towards an association between education and work, the latter being conceptualized as an educational principle. In 2017, the Government of Michel Temer makes legal changes aimed at modifying the structure of high school signaling a setback to the current model.

**KEYWORDS:** Professional education. Integrated. Public policy. Advance.

## 1 | INTRODUÇÃO

Segundo Costa (2015), no imbricado contexto das relações entre Estado centralizador e sociedade que necessita de regulação, dadas às extremas desigualdades, e frente ao seu processo de formação econômica e social, a ideologia de desenvolvimento começa a ocupar espaço em todas as esferas do país, impostas, historicamente, em forma de dominação e exploração.

Neste sentido, as Políticas Públicas tradicionalmente nesta nação, tem-se configurado como políticas compensatórias não ocasionando mudanças estruturais, em especial, as regionais que têm se desenhado como apêndices e não o centro das preocupações das Políticas Públicas (ARAÚJO, 2003).

Na vertente educacional não tem sido diferente, segundo Ramos (2011), ao longo do percurso brasileiro não houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional.

Os discursos, expressos acima, encontram-se dispostos ao longo deste artigo que objetiva uma análise reflexiva a respeito da História da Educação Profissional do Brasil que se faz, enquanto Políticas Públicas de Educação, com descaso, conveniência, avanço e retrocesso. As linhas teóricas entrelaçam-se e convergem no ponto da necessidade de mudanças estruturais que precisam ser realizadas com a participação efetiva da sociedade: atores e sujeitos não só destas políticas públicas, mas de uma sociedade que se pretende desenvolver a partir da redução das desigualdades.

Uma experiência que aponta para um avanço no sentido da integração da educação e trabalho é apresentada, embora a mesma possa reafirmar o apêndice explicitado no segundo parágrafo desta introdução. Uma rápida amostra dos sujeitos

beneficiários deste modelo educacional é apresentada, ao final do trabalho, onde os mesmos expressam o crescimento integral que vivenciaram, nos três anos, da educação profissional integrada ao ensino médio, implementado na rede estadual do Ceará.

A questão que se pode considerar ao final deste trabalho, em meio às reflexões suscitadas, é a fragilidade das Políticas Públicas que se não fazem estruturais tendem ao desmonte, na medida em que, outras Políticas governamentais de conveniência econômica dão lugar às questões sociais e isto de forma autoritária e antidemocrática.

## **2 | POLÍTICA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Compreender Política Pública - PP no Brasil é uma ação desafiante, ao tempo que se caracteriza como necessária ao cidadão que se faz sujeito de sua realidade. De acordo com Costa (2015) o Estado contemporâneo que vivenciamos constitui-se como um Estado de Políticas Públicas que se configura conflituoso, uma vez que se estrutura através do monopólio do poder e ao mesmo tempo representa a diversidade, a desigualdade, a pluralidade, dentro de um mesmo contexto histórico.

As Ciências Sociais vêm apresentar a complexidade dessa relação no que concerne a realidade brasileira tendo em vista sua formação histórica, social, econômica, cultural e identitária, que se consolida através de séculos de exploração e dominação. Em todos os campos deste país continental as desigualdades também constituem-se gigantescas e isso tem acarretado a necessidade de um Estado regulador, mas que ao longo de nossa história só se fez centralizador a atender uma minoria elitizada.

Nesse sentido temos um histórico na contramão de um Estado que, tradicionalmente, não dialoga com a sociedade e que por sua vez tem reflexos fundantes de Estado autoritário advindo de longos e marcantes períodos ditatoriais implicando nas bases das Políticas Públicas nacionais (ARAÚJO, 2003). O que podemos observar fortemente é que as PPs têm sido muito mais políticas econômicas funcionando como ajustes compensatórios, cujo foco sempre foi o crescimento e não o desenvolvimento real da nação.

De acordo com Costa (2015) neste imbricado contexto de relação podemos ver surgir a partir dos anos de 1990 a organização de estruturas de participação que reivindicam não apenas mais políticas, mas também novas formas de fazê-las numa dinâmica que foge a tradição. Emergem para tanto alguns atores como os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que começam a demandar as Políticas Públicas criando várias tensões. Estes passam a exigir uma participação mais efetiva da sociedade em todo ciclo que constitui as políticas Públicas bem como nas identidades associadas às demandas.

Na vertente educacional não tem sido diferente. Ao longo da História da Educação

brasileira é possível observar uma nítida separação entre a educação para o povo e a educação para a minoria – elite brasileira. É neste sentido que Araújo (2003) expressa “A educação, por exemplo, é tratada como uma mercadoria; só é acessível a quem pode pagá-la. Então, contrapomos a essa visão nosso ponto de vista de que educação é um bem público e, portanto, é dever do Estado.” Neste percurso centenário de um país de economia primária e escravista a educação oportunizada sempre satisfaz ao modelo econômico vigente sempre dependente da exploração internacional.

As imposições do sistema capitalista através das agências multilaterais determinaram as várias reformas educacionais pelas quais passamos desde a década de 1940 aos dias atuais. Fazendo oposição aos modelos ofertados, com maior enfoque a partir da década de 1930, evidenciou-se grupos de intelectuais e educadores imbuídos da esperança de democratizar e transformar a sociedade por meio da escola não dualista, superando a tradição do ensino acadêmico à elite e o ensino profissional aos pobres reproduzindo cada vez mais as desigualdades sociais.

Todavia a questão da escola pública só começou a ter enfoque a partir de um cenário de várias discussões e pressões em 1988, por meio de importantes garantias conquistadas pela Constituição Cidadã e, posteriormente, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394. Esta criticada por seu caráter minimalista em vários aspectos importantes, em especial, no que tange à educação profissional e também por seu caráter autoritário dispensando a participação da Sociedade.

A participação social se faz cada vez mais necessária nas decisões dos sistemas educacionais e programas que venham a ser desenvolvidos, enquanto Políticas Públicas, no âmbito escolar, levando em consideração as características culturais de cada realidade e tendo em vista também a formação para o trabalho como princípio educativo, contrária à prática de dominação como expressado por Freire (2002), mas possibilidade para a prática da liberdade.

### **3 | BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

Os primeiros indícios do que podemos caracterizar de educação profissional se dá a partir de 1809, com a vinda da Família Real, que cria o Colégio das Fábricas, voltado para o ensino das primeiras letras e iniciação dos ofícios, cujo público alvo era crianças pobres, órfãos e abandonados. Portanto, educação de caráter assistencialista, objetivando “amparar os órfãos e desvalidos da sorte”, para a manutenção da ordem social vigente, o que se perpetuou por todo século XIX.

No início do século seguinte, com período republicano e suas características econômico sociais o modelo assistencialista “sai de cena”, ou muda o público alvo, podemos assim dizer, para dar lugar ao modelo de preparação de operários para o exercício da profissão. Em 1909, Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes e Artífices, atendendo, prioritariamente, os campos da agricultura e indústria. Após este

período, nas décadas de 30 e 40 o país passa por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais advindas do desenvolvimentismo industrial e tecnológico. A Reforma Francisco Campos em 1931, aponta para um comprometimento com o ensino secundário, dando-lhe conteúdo e seriação própria, todavia com um currículo de caráter enciclopédico, enquanto os ramos da educação profissional permanecem no descaso, criando-se dois sistemas independentes.

Segundo Ramos (2011), a ideologia de desenvolvimento começou a ocupar espaço na vida econômica e política do país, todavia não houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional. Dois marcos neste período trouxeram ganhos no âmbito educacional: a Constituição de 1937 e a Lei Orgânica na Gestão do Ministro Gustavo Capanema, todavia ganhos no sentido de organicidade em relação ao ensino secundário e profissional, sem nenhuma relação entre os dois.

Na década seguinte, governo de Juscelino Kubitschek, as mudanças foram de ordem do capital estrangeiro e a formação dos trabalhadores tratadas como necessidade da expansão industrial, entretanto como um capítulo à parte da política educacional. Neste período, o Decreto Nº 47.038 de 1959 definiu as escolas técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico. Observa-se, portanto, o Estado assumindo parte da qualificação da mão de obra como ação do plano dos investimentos públicos. Em meio a discussões acirradas entre rede pública e privada nasce a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 4.024 de 1961, tendo como fato relevante para a educação profissional a equivalência com o ensino médio, podendo os concluintes ingressarem no nível superior. Quebrou-se, também, a rigidez do currículo, podendo o Estado e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas.

Com o Golpe de 1964 se intensifica a abertura da economia ao capital estrangeiro e a qualificação de trabalhadores foi associada a este movimento. Em 1965 é criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) paralela ao Programa de Intensivo de Formação de Mão de obra (PIPMO), ambos de gênese do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, respectivamente. Neste contexto, em 1971, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional Nº 5.692, torna compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau, significativa do ponto de vista da relação educação e produção capitalista. RAMOS (2011) explicita que o ensino técnico passa a ter uma crescente formação propedêutica contrapondo-se ao propósito de contenção do acesso ao Ensino Superior. Neste período também tivemos a transformação de algumas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Em 1982, a Lei 7.044 extingue a profissionalização obrigatória no 2º grau, substituindo a redação da Lei 5.692/71, a citar: de “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”, isto como elemento da formação integral do aluno. Com a redemocratização do país após a ditadura, forte crise mundial e nacional, a ação

do governo frente a educação profissional teve uma marca de cunho populista com a expansão da rede federal, implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas em um contexto sem claras perspectivas econômicas, políticas e sociais. Do período de gestão que vai do Governo Sarney, Fernando Collor de Melo até Itamar Franco tivemos um discreto movimento de fortalecimento da educação profissional e tecnológica no país, quando se ampliou as funções das instituições federais.

A comunidade educacional juntamente com a sociedade civil se mobilizavam em torno de uma proposta de reestruturação do ensino médio, numa visão unitária à educação básica, que fosse desde a educação infantil até o ensino médio e ainda da vinculação da educação à prática social, tendo o trabalho como princípio educativo. Saviani (2007) expressa um ideário de ensino médio recuperando a relação entre conhecimento e a prática do trabalho, explicitando como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Desta forma, o ensino deveria propiciar o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas da produção e não o mero adestramento em técnicas produtivas, ou seja, domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno – Politécnica (FRIGOTO, 2005).

O modelo de educação pautado na formação politécnica buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, na qual o ensino integrasse ciência, cultura e tecnologia agregada ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Desta forma o estudante teria a possibilidade de construção do seu projeto de vida, socialmente determinado, culminando com uma formação integral. Este modelo era contrário ao ensino técnico de nível médio idealizado na Lei 5.692/71, que “resumia” a formação geral em detrimento à formação específica.

O projeto de uma LDB, pautada no desenho dos educadores progressistas supracitado, foi apresentado pelo deputado, Octávio Eliseo, dois meses depois da promulgação da Constituição de 1988, com o objetivo de trazer avanços significativos para a educação nacional democrática e de qualidade. Todavia, este projeto foi derrotado pelo projeto apresentado pelo senador Darcy Ribeiro (RAMOS, 2011).

O projeto enviado à Câmara dos Deputados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, conhecido como Projeto de Lei Nº 1.603/96, separava a educação profissional da educação regular, com um ensino técnico independente do ensino médio, ofertado de forma concomitante ou subsequente. A estrutura versava sobre ensino modular com certificado de qualificação e no seu conjunto, equivaler à habilitação técnica de nível médio. Como causou muitas divergências o projeto foi esquecido, aprovado o projeto do Senador Darcy Ribeiro sobre a forma da Lei Nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual apresentava um caráter minimalista no que se referia a Educação Profissional, com a “intenção” de regulamentação posterior, que aconteceu como esperado a partir do Decreto 2.208 de 1997.

Em 2003, o Governo Lula assinala disposição para reorganizar a Política de Educação Profissional e Tecnológica do país. Após debates realizados entre o Ministério

da Educação e Sociedade Civil frente ao redirecionamento da educação, o Decreto Nº 2.208/97 foi revogado pelo Decreto Nº 5.154/2004, cujos fundamentos buscavam restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, enquanto direito das pessoas e necessidade da nação. Inúmeros problemas, principalmente da própria estrutura do MEC, impediram a devida execução da essência do decreto, mesmo neste cenário, o Ministério da educação assinou convênio com vários estados para a implantação do ensino médio integrado.

A partir da segunda metade do Governo Lula, importantes políticas foram direcionadas à educação profissional e tecnológica. Neste momento, a SETEC publica o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada à Educação Profissional, visando orientar os sistemas estaduais de ensino, com base na integração entre trabalho, ciência e cultura. Em 2008 a Lei Nº 11.741 altera a LDB incorporando os termos do Decreto Nº 5.154/2004. A finalidade desta emenda foi redimensionar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica.

Durante o governo Dilma Rousseff deu-se a continuidade aos investimentos no tocante a educação profissional, que teve início no governo de esquerda, em especial com a expansão do PRONATEC, tema de enfoque durante sua campanha para o segundo mandato. A presidenta sofreu impeachment em 2015, assumindo, em 2016, o vice-presidente Michel Temer, que aprova a proposta do atual ministro de educação Mendonça Filho, e adota em setembro de 2016 a Medida Provisória nº 746. Medida esta que se consolida na forma de Lei em fevereiro de 2017 – Lei nº 13.415, alterando a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, modificando consideravelmente o ensino médio.

As alterações constituem mudanças de caráter estrutural, modificando as ocorridas na educação profissional, durante o governo de esquerda, onde o ensino médio tende ao retrocesso da desvinculação do trabalho enquanto princípio educativo, levando o aluno a ter que optar entre a formação acadêmica ou profissional. Vale ressaltar, também, que esta mudança tão significativa ocorreu sem a participação do Conselho Nacional e Sociedade civil, caracterizando, assim, uma decisão que altera a Política Pública de Educação de forma autoritária e antidemocrática.

#### **4 | O MODELO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO CEARÁ, A PARTIR DE 2008**

No contexto nacional, em 2008, segundo mandato do Presidente Lula, a vertente da Política Pública de Educação Profissional apresentava-se em crescente desenvolvimento. Amparada pelas modificações advindas do Decreto 5.154/04, tomou forma de Lei no mesmo ano – Lei nº 11.741/2008 e partir de então, o governo federal

passa a promover ações de incentivo aos estados com o objetivo de fortalecer uma política nacional.

Neste período, o estado do Ceará, estava sendo governado por Cid Gomes, do Partido Socialista Brasileiro – PSB, aliado da base do governo, que em março de 2008, lança o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, fruto de compromisso político firmado em programa de governo divulgado durante a campanha nas eleições de 2006. Segundo Lima (2014, p. 34):

O Plano Integrado foi gestado a partir da discussão de várias instituições e órgãos públicos que atuam na esfera educacional, os âmbitos municipal, estadual e federal, bem como de organizações não governamentais (ONG) e setor privado. O documento foi proposto como um ponto de partida para construção de projetos que visassem desenvolver a educação profissional no Estado, servindo como uma diretriz.

Observa-se assim, que o processo de planejamento do modelo a ser ofertado pelo estado inicia de forma participativa com o objetivo de envolver a sociedade. Deste plano, nasce a experiência, em 2008, com 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP integradas ao ensino médio, funcionando em tempo integral, regulamentada pela Lei nº 14.273/08. Para dar sustentação ao modelo pensado a secretária de Educação, do então governo, Izolda Cela de Arruda Coelho implanta uma Tecnologia Empresarial Sócio-educacional – TESE, como filosofia de gestão das escolas (modelo implantado pelos Procentros em Pernambuco) e o Projeto Diretor de Turma (modelo de gestão da sala de aula desenvolvido nas escolas públicas de Portugal).

Em 2009, segundo ano de implantação, o número de escolas passou para 51, com um considerável crescimento a cada ano, ao final de 2017 o número de EEEP's chegou a 117 escolas, com a oferta de 58 cursos e, aproximadamente, 50.000 alunos beneficiados (SEDUC, 2018). Importante salientar que a Filosofia de Gestão, o Projeto Diretor e Turma e um Currículo diversificado funcionando, de forma integrada, têm sido apontado como fatores relevantes frente aos resultados apresentados pelos estudantes até então, tanto nos índices de empregabilidade, inserção universitária e fluxo escolar.

O Currículo, que possui uma carga horária de 900h/a semestrais, é composto por uma base comum da formação geral, uma parte técnica e outra diversificada, onde nesta última algumas disciplinas apontam complementar o desenvolvimento de uma formação integral dos estudantes, a citar: disciplina de Projeto de Vida, disciplina de Mundo do Trabalho, disciplina de Empreendedorismo e disciplina de Formação para Cidadania. Em questionário aplicado e comentado no próximo tópico os estudantes concludentes dos terceiros anos indicam uma mudança considerável em sua formação pessoal e profissional advindas deste currículo ao longo dos três anos.



## 4.1 Amostra da Visão dos Sujeitos Concludentes da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio do Município de Acaraú, em 2017

A presente pesquisa apresentada neste tópico, foi realizada na Escola Estadual de Educação Profissional do município de Acaraú-CE, a partir de uma amostra aleatória com 50 alunos que estavam concluindo o 3º ano do ensino médio, em dezembro de 2017, em um universo de 161 alunos matriculados. A técnica adotada foi aplicação de um questionário on-line, caracterizando uma abordagem quantitativa deste estudo. O objetivo é analisar a visão dos sujeitos beneficiários da Política Pública de Educação Profissional integrada ao ensino médio, modelo implementado pelo governo do Ceará.

Acaraú é uma cidade situada no litoral norte do Estado do Ceará e possui uma população de aproximadamente 62.000 habitantes (IBGE 2017). De acordo com dados do IBGE 2015 a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 6,8% e considerando domicílios com rendimento mensal de até ½ salário mínimo por pessoa é de 56,5% da população. Os dados também apontam que a população rural supera um pouco mais da metade que a da zona urbana. A base econômica do município é a pesca, seguida da pecuária e agricultura. Estas informações inferem que a cidade ainda encontra-se em um lento processo de desenvolvimento haja vista seus 168 anos de emancipação, conforme dados do IBGE (2015).

O público pesquisado identificou-se 50% pertencentes ao grupo de jovens da zona urbana e 50% à zona rural, este fator corresponde à realidade do público atendido pela instituição, onde pouco mais de 50% da matrícula total é formada por alunos da zona rural, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Gestão da Escola – SIGE. É possível inferir a necessidade de buscar uma profissão em todo âmbito municipal, cujo percentual de ocupação era de 6,8% da população, em 2015.

Segundo o questionário aplicado, a maioria dos estudantes buscou matrícula na escola profissional do município tendo em vista o desejo de fazer um curso técnico, seguidos de 24% de estudantes que viam a possibilidade de ingressar mais facilmente na universidade.

Quando se pergunta quanto à contribuição do ensino médio integrado à educação profissional, ao final dos três anos, 50% dos estudantes responderam que contribuiu para a formação profissional, seguido de 22% que disseram ter contribuído para sua formação integral, 16% que contribuiu para sua formação cidadã e 12% reconhecem que contribui para a inserção universitária.

Ao serem consultados sobre a participação dos estudantes nas decisões e avaliações escolares 54% dos pesquisados responderam que consideram sua participação boa, 26% consideram excelente, 18% regular e apenas 2% ruim. Sendo possível a dedução de uma gestão escolar participativa e democrática.

Para finalizar, o quadro a seguir apresenta algumas das respostas à última pergunta do questionário que indagou sobre o quanto a experiência de estudar na escola profissional integrada ao ensino médio, impactou na vida destes estudantes. Tais

respostas nos levam a perceber que o desenho da educação profissional integrada ao ensino médio tem-se configurado como uma educação que aponta para a superação de uma educação dualista, onde o aluno tem a oportunidade de ampliação do conceito de mundo e trabalho, vislumbrando também o prosseguimento dos estudos e exercício da cidadania.

ALUNOS	DEPOIMENTOS
Aluno A	Mudou minha postura, hábitos e visões da vida, entrei na escola com um pensamento e sairei com um totalmente diferente, com uma maturidade para pensar com responsabilidade nas atitudes que terei que traçar para o futuro, e com um potencial para ingressar no mercado de trabalho.
Aluno B	Tornei-me uma pessoa mais crítica e responsável, com uma visão de futuro bem mais ampliada.
Aluno C	Minhas perspectivas de vida, contribuindo para melhora disciplinarmente, maturidade, criação de um projeto de vida, além de uma formação técnica, a qual posso trabalhar como profissional autônomo enquanto estudo em uma universidade pública que consegui passar antes da conclusão do ensino médio.
Aluno D	Ganhei mais responsabilidade para tomar decisões em minha vida, fora que pude ganhar mais foco em minha vida com o projeto de vida, assim como a visão empreendedora e um olhar mais vigoroso pro futuro.
Aluno E	Hoje sou bem preparada para atuar no mercado de trabalho e na sociedade, de acordo com minhas obrigações e direitos, pois a escola profissionalizante me mostrou o valor que tem uma pessoa que atua realmente nas atividades cidadãs.
Aluno F	A escola profissional me ensinou a ser uma pessoa melhor, respeitando o próximo, respeitando as diferenças, aprendi boas condutas, aprendi a conviver, a ter mais responsabilidades e ser uma pessoa crítica. Na escola vivi os melhores momentos e conheci as melhores pessoas e que se preocupam com o meu futuro, hoje quase formada só tenho a agradecer por ter feito parte dessa instituição.

Fonte: Próprio autor

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perfizemos um histórico de crescimento econômico que não caminhou aos mesmos passos que o desenvolvimento da nação, pelo contrário foi um crescimento que favoreceu extremas desigualdades, as quais são responsáveis pelo atraso e intensos problemas sociais vivenciados. Um Estado que não conseguiu se converter regulador, pelo contrário um fazedor de ajustes que se configuram conjunturais a atender ao sistema capitalista e interesses individuais.

Todavia após a redemocratização do país foi possível observar uma sociedade que começa a se organizar em movimentos que passaram a exigir Políticas Públicas que não só compensassem, mas favorecessem mudanças estruturais, ou seja, reais mudanças sociais. Movimentos estes, conforme expressa Costa (2015), que têm conseguido uma participação efetiva nas políticas, embora muitas vezes, sejam vítimas desse processo invertendo a representação dos interesses sociais, numa intrincada relação entre os interesses privados e estatais.

Observa com este estudo o quanto as Políticas Públicas podem influenciar na

melhoria das desigualdades e que a educação é um dos caminhos mais propícios para este fim. Investir em Políticas de Educação numa visão de escola unitária e de qualidade acarreta a médio e longo prazo numa sociedade com consciência para superar o modelo de exploração da cultura brasileira e desenvolvimento da nação.

O modelo apresentado neste artigo é um recorte da Política Pública de Educação Profissional integrada ao ensino médio, desenvolvido durante o Governo Lula, que toma uma configuração pioneira no país, na política do Governo Cide Gomes, no Ceará, apresentando-se como um modelo que tem gerado relevantes indicadores de formação integral. A experiência tem gerado bons indicadores na vertente do fluxo escolar, inserção no mercado de trabalho e universidade.

É necessário, todavia, avaliar os aspectos facilitadores e também as fragilidades que se configuraram ao longo deste modelo de escola e atentar como a nova política de educação do atual governo pode influenciar para o “desmonte” deste modelo e impactos gerados.

Neste íterim, espera-se que a mobilização social se faça efetivar na busca constante de uma educação que possibilite inclusão e libertação social. Faz-se, deste modo, referência às palavras finais do texto “As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios” de Araújo (2003), anseia-se por um espaço para a participação nas decisões e implementações das Políticas Públicas a favor de políticas sociais, de saúde, de educação e segurança, enquanto proposta de um Estado transformador.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar, Santos Junior, Orlando Alves dos...[et al.]. (organizadores). **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do artigo 36 e os artigos de 39 a 41 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Políticas públicas no brasil: uma agenda de pesquisas**. Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v.6, n.2, p.135-166, jul/dez. 2015. Recebido em: 20/05/2015. Aceito em 06/07/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Ana Léa Bastos. **Escolas Estaduais de Educação Profissional – A Experiência de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará a partir de 2008**. Juiz de Fora: Dissertação – CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, 2014.

RAMOS, M. **Educação profissional: História e Legislação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação Profissional: Políticas de Educação Profissional no Brasil**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. V.12. Nº 34. Jan./Abr. 2007.

<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional>. Acesso em: 09 de janeiro de 2018.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/acarau/panorama>. Acessado em: 10 de janeiro de 2018.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 97, 104

Atenção básica 104, 105, 106, 107, 108, 113, 114, 115

Avaliação da aprendizagem 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Avanço 1, 2, 17, 43

### C

Campim-annoni 165

Campos Sulinos 165, 171

Comunicação 28, 36, 38, 40, 42, 43, 45, 49, 50, 51, 57, 66, 88, 89, 90, 91, 98, 113, 163

Conservação 56, 57, 148, 165, 170, 171

### D

Desigualdades 6, 2, 3, 4, 10, 11, 13, 17, 21, 68, 71, 82, 83, 85

Didática contextualizada 128, 129, 130, 138

Disciplina 8, 18, 25, 48, 52, 60, 74, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 137, 140, 151, 160, 177, 179, 180, 181, 182

Diversidade 3, 64, 67, 68, 69, 71, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 110, 132

DST's 67, 70, 76

### E

Educação ambiental 48, 52, 54, 165, 169, 170, 171

Educação escolar militar 116

EJA 67, 68, 69, 70, 71

Ensinagem 139

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 78, 86, 93, 94, 97, 104, 108, 109, 116, 124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 168, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Equipamentos turísticos 93, 96, 101, 102

Equipe de saúde 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115

Escola 1, 4, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 37, 39, 45, 51, 67, 68, 71, 72, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 143, 150, 163, 164, 181, 183

Espaço educacional 82, 84

Estágio supervisionado 128, 129, 131, 132, 135, 136, 138

Ética ambiental 48, 52, 55, 57, 59

Evasão 40, 42, 44, 45, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81

## **F**

Formação de professores 43, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 172, 176, 177, 179, 181  
Formação integral 5, 6, 8, 9, 11, 49, 116

## **G**

Gênero 67, 68, 69, 70, 71, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87  
Gravidez 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

## **I**

Idosos 88, 90, 91, 92, 114  
Integrada 1, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 28, 170

## **J**

Javali 165, 167, 168, 169, 170, 171

## **L**

Licenciatura matemática 172, 173, 174, 175, 176, 183

## **M**

Marketing 88, 89, 92

## **N**

Novas tecnologias educacionais 48, 53

## **O**

Oficina temática 139, 140

## **P**

Patrimônio cultural 93, 94, 100, 101  
Política pública 1, 3, 7, 9, 11, 13, 17, 21, 23, 26, 33  
Professor-pesquisador 128, 131, 138  
Projetos pedagógicos de cursos 172, 178  
Público 4, 9, 14, 15, 23, 27, 30, 31, 34, 39, 40, 41, 46, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 97, 98, 99, 101, 102, 111, 127, 141, 149, 150, 162, 172, 173

## **R**

Redes sociais 48, 49, 50, 51, 52, 54, 57, 59, 63, 64, 65, 66  
Respeito 1, 2, 19, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 85, 89, 90, 91, 101, 102, 108, 128, 129, 133, 156, 162, 168

## S

Sexualidade 67, 68, 70, 71, 81, 126

Sociedade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 34, 36, 38, 39, 41, 45, 48, 50, 51, 62, 64, 65, 66, 72, 73, 76, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 91, 92, 97, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 130, 135, 149, 183

## T

Tema gerador 139, 140, 141, 143

Turismo acessível 93

## V

Visita domiciliar 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-726-0



9 788572 477260